

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA PARA DISPONIBILIZAR AOS SEUS SERVIDORES PRODUTOS E SERVIÇOS SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS, NA MODALIDADE "CAIXA DO TRABALHADOR"**

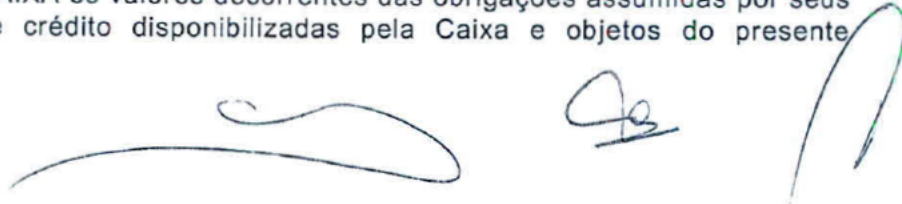
A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada e constituída nos termos do decreto-lei n.º 759, de 12.08.69 e Decreto nº 66.303 de 06.03.70, regendo-se atualmente, pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 2.943/99, inscrita no CGC/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 34 em Brasília/DF, daqui por diante denominada CAIXA neste ato representada pelo seu Superintendente de Negócios de Salvador, Sr. Samuel Rocha, CPF nº [REDACTED] RG. nº [REDACTED], e, do outro lado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, com Sede nesta capital, à Avenida Oceânica, 1949, Ondina, inscrito no CNPJ nº 13.937.032/0004-02, representado neste ato pelo Procurador Geral de Justiça, Dr. FERNANDO STEIGER TOURINHO DE SÁ, CPF nº [REDACTED] RG. nº [REDACTED] o doravante designado CONVENIENTE, que entre si celebram o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Constitui objeto do presente convênio a concessão pela **CAIXA**, sob condições especiais, aos empregados, funcionários ou servidores da **CONVENIENTE**, dos produtos e serviços cujas características constam nos anexos deste convênio.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Os produtos que prevêem o pagamento de prestações, por meio de averbação em folha de pagamento ou débito em conta, serão objeto de termo aditivo ao presente instrumento, contemplando as rotinas operacionais de cada produto.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - São obrigações da **CAIXA**:

- I) Conceder aos empregados, funcionários ou servidores do **CONVENIENTE**, de acordo com as condições previstas na **CLÁUSULA PRIMEIRA** e anexos, os produtos e serviços objetos deste convênio, respeitadas as normas operacionais e a programação financeira da **CAIXA**.
- II) Prestar todos os esclarecimentos necessários à compreensão e à adequada utilização dos produtos e serviços colocados à disposição do **CONVENIENTE**, por intermédio do seu Escritório de Negócios e/ou Agência.
- III) Providenciar, nas operações de concessão de crédito aos empregados, funcionários ou servidores do **CONVENIENTE**, análise cadastral e de capacidade de pagamento, conforme condições previstas nos normativos da **CAIXA**.
- IV) Comunicar tempestivamente ao **CONVENIENTE** qualquer alteração nas normas que regem os produtos objeto deste convênio, tais como alteração de taxas, prazos de financiamento, etc.
- V) Cumprir com as obrigações específicas de cada produto e serviço previstas nos anexos referenciados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** e que fazem parte integrante do presente convênio.
- VI) Recolher mensalmente na **CAIXA** os valores decorrentes das obrigações assumidas por seus servidores, através das linhas de crédito disponibilizadas pela Caixa e objetos do presente convênio.



**CLÁUSULA QUARTA** - São obrigações do **CONVENENTE**:

**Parágrafo Primeiro** - A data de crédito de salários dos membros e servidores ocorre de acordo com a programação semestral divulgada pela Secretaria de Administração do Estado da Bahia.

**Parágrafo Segundo** - O **CONVENENTE** deve comunicar à **CAIXA** qualquer alteração na data do pagamento dos salários dos seus membros e servidores, com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA QUINTA** - A não observância total ou parcial deste convênio, por quaisquer dos partícipes, ensejará a sua denúncia pela parte prejudicada, com imediata rescisão do mesmo, independentemente de notificação ou interpelação judicial, bastando para tanto a notificação extrajudicial.

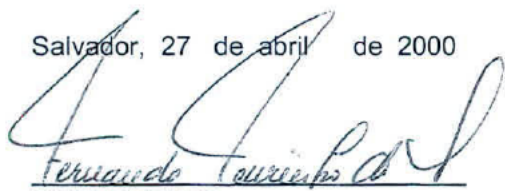
**CLÁUSULA SEXTA** - Reservam-se os partícipes a faculdade de operar a denúncia imotivada deste convênio, mediante prévia comunicação escrita à outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte à parte denunciada o direito a reclamação ou indenização pecuniária.

**Parágrafo Primeiro** - A rescisão contratual, seja por motivo de descumprimento de qualquer cláusula/obrigação ou por desinteresse de uma das partes, não exime o **CONVENENTE** de continuar recolhendo à CEF os valores decorrentes das obrigações assumidas pelos seus membros e servidores pela contratação de empréstimos e financiamentos e cujos encargos estejam averbados em folha de pagamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Para dirimir quaisquer questões que decorram direta ou indiretamente deste instrumento fica eleito o foro correspondente ao da Sede da Seção judiciária da Justiça Federal com Jurisdição sobre esta localidade.

E, por estarem, assim, de pleno acordo com as cláusulas, termos e condições deste instrumento, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas adiante qualificadas, para um só efeito.

Salvador, 27 de abril de 2000



**CONVENENTE**

Dr. Fernando Steiger Tourinho de Sá



**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Sr. Samuel Rocha

**TESTEMUNHAS:**

Nome:   
CPF: 

Nome:   
CPF: 

Andrade S. Povoas  
Advogado CEF  
OAB/BA. 11.241